

Alckmin: 'Sucesso da COP29 é fundamental para COP30'

Brasil sediará a cúpula em 2025, com foco em sustentabilidade

Por Karoline Cavalcante

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), destacou, nesta terça-feira (12), a importância do sucesso das negociações da COP29 para o êxito da COP30, que ocorrerá no Brasil em 2025. A declaração foi feita durante a 29ª Conferência do Clima da ONU (COP29), em Baku, no Azerbaijão.

"O sucesso da COP29 é crucial não apenas para a COP30, que teremos a honra de sediar em Belém [PA], no Brasil, em 2025, mas também para a resposta global à mudança climática. A omissão neste momento custará muito no futuro", afirmou Alckmin.

Alckmin fez seu discurso na abertura da primeira parte do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e de Governo, substituindo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que não pôde comparecer devido a um incidente ocorrido no dia 19 de outubro, quando sofreu uma pancada na cabeça.

Meta

Durante sua fala, o vice-presidente classificou como "ambiciosa" a nova Contribuição Nacional Determinada (NDC) sobre a meta do Brasil para a redução de gases de efeito estufa (GEE). A meta prevê uma redução de 59% a 67% das emissões até 2035, em comparação aos níveis de 2005. O governo brasileiro apresentou a proposta na última sexta-feira (8), com a expectativa de que as emissões totais de GEE variem entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas. O anúncio oficial será feito nesta quarta-feira (13),



Vice-presidente liderou a delegação brasileira no evento

durante a COP29.

"Nossa meta reflete nossa mais alta ambição: reduzir as emissões em até 67% até 2035, comparado aos níveis de 2005. Ambiciosa, sem dúvida, mas também factível. Para isso, precisaremos, juntos, garantir as condições e meios necessários para sua implementação", explicou o vice-presidente.

Alckmin também ressaltou que a NDC vai além de uma simples meta de redução de emissões: "Ela reflete a visão de um país voltado para o futuro, determinado a ser protagonista da nova economia global, com foco em energias renováveis, combate à desigualdade e um compromisso firme com o desenvolvimento sustentável", afirmou.

O vice-presidente também destacou o lançamento do Plano Clima, que será apresentado em 2025 e servirá como diretriz para a política climática do Brasil até 2035. O plano visa manter o ritmo de redução do

desmatamento e promover a transição para uma economia de baixo carbono rumo à neutralidade climática. Além disso, mencionou o Pacto pela Transformação Ecológica, lançado em agosto, que reúne os três Poderes da República para promover a transformação ecológica de forma integrada.

"Estamos implementando o Plano Clima, que servirá como guia da política climática brasileira até 2035. Firmamos também o Pacto pela Transformação Ecológica entre os três Poderes, sendo fundamental a adesão da sociedade civil para o sucesso desse processo", afirmou Alckmin.

A COP29 reúne cerca de 40 mil delegados, incluindo negociadores, jornalistas e observadores internacionais, e contará com cerca de 60 eventos até 21 de novembro, destacando ações do Brasil na promoção de uma transformação ecológica. Além do vice-presidente, também estão confirmados no evento

o ministro do Turismo, Celso Sabino, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

COP30 no Brasil

Faltando um ano para a realização da COP30, o Brasil já está se preparando para sediar o evento, que ocorrerá de 10 a 21 de novembro de 2025, em Belém, no estado do Pará, na Amazônia. A expectativa é de que mais de 60 mil pessoas, incluindo chefes de Estado, diplomatas, empresários, investidores, ativistas e delegações dos 193 países membros da ONU, participem da conferência.

O Governo Federal investirá cerca de R\$ 4,7 bilhões nos preparativos para o evento, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União, do BNDES e da Itaipu Binacional. Segundo o secretário extraordinário da COP30, Valter Correia, a sustentabilidade será um pilar central em todo o processo de organização da conferência.

Regulamentação do mercado de carbono na pauta do Senado

Por Gabriela Gallo

O plenário do Senado Federal votará, às 14h desta quarta-feira (13), o Projeto de Lei (PL) nº 182/2024 que institui o marco regulatório para o mercado de crédito de carbono no Brasil. O tema inicialmente seria votado no plenário da Casa na terça-feira (12), mas por falta de acordo entre os parlamentares diante de quatro emendas do relatório substitutivo da senadora Leila Barros (PDT-DF), o projeto foi adiado novamente para mais uma sequência de negociações e acordos, firmadas pela relatora do projeto e os senadores de base e oposição governista.

A sessão será conduzida pelo senador Efraim Filho (União-PB) à pedido do próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O plenário da Casa começará mais cedo os trabalhos para votar o PL 182 porque, às 16h, está agendada a discussão e votação de urgência do Projeto de Lei Complementar (PLP 175/2024) que altera as regras de transferências de emendas parlamentares.

A medida faz parte de um pacote de projetos da chamada agenda verde, propostas que circulam no Congresso voltadas para a preservação do meio ambiente e controle às mudanças climáticas. Como a principal proposta do texto é estabelecer um limite de emissões de gases poluentes para a atmosfera, o projeto autoriza



Adiamento foi acordado entre Leila Barros e senadores

que empresas compensem as suas emissões de gases poluentes por meio da compra de créditos vinculados a iniciativas de preservação ambiental.

Na intenção de implementar uma "descarbonização" das atividades, 75% dos recursos arrecadados nessa compra serão destinados ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Por acordos firmados na bancada ruralista, as medidas não se aplicam ao setor de agronegócio.

O projeto divide o mercado de carbono em dois setores: o regulado e o voluntário. O regulado envolve iniciativas do poder público e observa regras estabelecidas no Protocolo de Kyoto, assinado em 1997. Além disso, para o setor regulado o projeto prevê a criação de um órgão gestor responsável por

criar normas e aplicar sanções a infrações cometidas pelas entidades que se sujeitarão a ele.

O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa será aplicado a órgãos e instituições do setor público que emitam mais de 10 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO2eq) por ano. As empresas que não cumprirem com as novas regras estarão sujeitas a pagar multas com valores equivalentes ao custo das "obrigações" que não foram cumpridas – mas com um teto de 3% do faturamento bruto.

Se aprovado da forma como se encontra, as organizações sujeitas à regulação deverão fornecer um plano de monitoramento e relatórios de suas atividades ao órgão gestor para garantir que estão cumprindo

com os novos limites de emissão de gás carbônico.

Contrários

Mesmo que o projeto não tenha sido discutido na sessão de terça-feira, o senador Marcio Bittar (União-AC) criticou a medida, se manifestando contrário ao projeto. Na avaliação do parlamentar, o Brasil está tentando aprovar uma proposta que a Europa estaria abandonando. Isso porque, em abril deste ano, o Parlamento Europeu votou "uma sentença de morte para o mercado de carbono", rejeitando limitar as autorizações de emissões propostas pela Comissão Europeia.

"Além disso, a proposta [de regulação do mercado de carbono], ao final e ao cabo, significa dizer o seguinte: 'Ó, você abre mão da sua produção real, verdadeira, não plante soja, não crie gado, não plante frutas, abra mão disso e a tal da União Europeia vai lhe compensar'. Isso não vai acontecer nunca!" disse o parlamentar.

"Os países do chamado 'primeiro mundo' têm as suas demandas, e a ideia sempre de que eles são ricos e que vão abrir mão de parte de sua fortuna para compensar aqueles que preservarem as florestas, aqueles que, ao invés de produzirem, deixam a floresta em pé, é você abrir mão do que é seu, da sua autonomia; é deixar na mão de outros, nas bolsas de valores mundo afora, a sua sobrevivência e o seu futuro", completou Bittar.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Bispo da Universal, Crivella é o autor da PEC

Acordo fez Lira pautar mais isenção para igrejas

A inclusão, na pauta de ontem, da emenda constitucional que amplia a isenção tributária de igrejas foi resultado de um acordo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com o PL e com a bancada evangélica.

Em troca, os deputados dos dois grupos se comprometeram a votar no deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), candidato de Lira à pró-

pria sucessão.

De autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, a PEC foi apresentada em março do ano passado.

A Constituição impede a cobrança de impostos a "entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes".

Ampliação

A PEC amplia as vantagens existentes, impede qualquer tributação também na "aquisição de bens e serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços" por parte de igrejas e associações a elas ligadas.

Festa danada

A medida estende o benefício a partidos políticos e suas fundações, sindicatos de trabalhadores e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos. Isso amplia a isenção de escolas particulares ligadas a instituições religiosas, quase todas sem fins lucrativos.



Instalação da CPI das Bets no Senado

Senado e Câmara combinam apostas contra bets

Senado e Câmara fizeram uma tabelinha ontem para apertar o cerco em relação às casas de apostas virtuais.

Senadores instalaram ontem a CPI das Bets, que promete tratar de diversos assuntos ligados ao tema, como lavagem de dinheiro e dependência.

Já a Mesa da Câmara — ou seja, Artur Lira

— botou para andar as propostas que preveem proibição de publicidade das bets. Havia seis projetos na Casa — entre eles, o da presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR).

Todos foram incorporados ao apresentado, em setembro, pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). A proposta agora vai passar por quatro comissões.

Insatisfação

Aprovada pelo Congresso no ano passado, quando foi sancionada pelo presidente Lula (PT), a regulamentação das bets deixou todo mundo insatisfeito. O próprio Lira se queixou de que o governo mudou de posição quando o projeto saiu da Câmara e foi pro Senado.

União

O substitutivo que havia sido aprovado pelos deputados previa muitas restrições à publicidade das empresas, algo que acabou caindo no Senado. Agora, quando as bets estão na mira até da Procuradoria-Geral da República, dá pra apostar que haverá mudanças na lei.

Lembrança

A onda contra o regime de uma folga por seis dias trabalhados demonstra força para inundar o Congresso. Citado numa nota acima, o deputado Reginaldo Lopes lembrou ontem que, em 2019, apresentou PEC para reduzir a jornada de 44 horas para 36 horas semanais.

Dez anos

A proposta é, em linhas gerais, a mesma da PEC que a deputada Érica Hilton (PsoL-SP) tenta apresentar na Câmara (busca recolher as assinaturas necessárias). A de Lopes, hoje vice-líder do PT, previa que a redução só ocorreria dez anos depois de sua publicação.